

AMC P3 20 MAR 1988

Saída para crise

FOLHA DE SÃO PAULO

MIGUEL REALE JR.

Em 15 de novembro do ano passado, dia da votação do mandato do presidente Sarney na Comissão de Sistematização, publicava artigo nesta seção, no qual concluía: "Surge agora, no entanto, a questão emergencial e as circunstâncias de ingovernabilidade atingem tão profundamente a nação que se sobrepõem aos modelos, levando a que a conjuntura seja mais relevante que a análise fria que vislumbra o futuro. Daí surgem duas hipóteses: cinco anos de mandato, mas parlamentarismo já, para instaurar-se um governo com força política, não desgastado, centralizado na figura do primeiro-ministro, ou presidencialismo com quatro anos, para se superar com a maior brevidade o hiato de poder."

Dizia, ao final: "A melhor solução hoje é o mandato de cinco anos e parlamentarismo já, cabendo ao presidente Sarney, como magistrado, consolidar a nova forma de regime". O quadro de ingovernabilidade apenas se acentuou de novembro a março. Em termos puramente aritméticos, o governo zerou a si próprio: perdeu um ano, em uma luta obsessiva e desgastante, para criar a possibilidade de ganhar mais um ano. Só que se este ano for concedido, virá após a profunda crise político-administrativa.

Tão logo surgiu o resultado de quatro anos, o presidente Sarney afirmou conformar-se, dizendo que iria dedicar-se a governar, fazendo de um ano — cinco anos. Durou pouco a redução da temperatura.

O Centrão trouxe, na verdade, efetivos benefícios para o andamento da Constituinte, pois surgiram novos interlocutores como Bonifácio de Andrada, Ponte, José Geraldo, José Lins, com os quais Mário Covas revelou-se um grande negociador, superando-se, sem maiores problemas, questões controversas como: estabilidade, propriedade, greve, greve do servidor público civil.

O instituto da fusão, surgido na reforma regimental, vem sendo altamente positivo.

O Centrão, contudo, como bloco político unitário, se desfez, verificando-se que havia consenso em boa parte das matérias, e retornando-se, em mais de 50%, ao texto do projeto aprovado pela comissão de sistematização, especialmente no que tange às conquistas sociais.

Desestruturado o Centrão, o governo entrou em pânico, apelou para o lema "quem dá recebe", e transformou o programa "Conversa ao Pé do Rádio" em tribuna para ataques contundentes e mal informados à Constituinte. Nessa esteira vieram alguns ministros, propondo até zerar os trabalhos da Constituinte.

A queda do crescimento, a falta de uma política administrativa, a incredibilidade pública, o aumento dos preços que se avizinha, a recessão e a falta de autoridade caracterizam o instante.

É triste o quadro de um presidente sitiado, que isolado, por "urutus" e "cascavéis", fala sobre a nação tão só a peões com capacete e crachá, em sua visita à Paraíba, enquanto, no mesmo instante, prendia-se o presidente da Ordem dos Advogados, Vital do Rego, pretendendo-se enquadrá-lo na lei de segurança, porque fazia discurso em favor das eleições em 1988.

Se a Constituinte amadureceu, o governo perdeu-se na obstinada luta por cinco anos de mandato. A promessa de governar, de fazer cinco anos em um, traduziu-se em recessão, em manipulação de verbas para cooptação de cincoanistas.

A pretensão de presidencialismo e cinco anos será desastrosa. O presidencialismo, constante do substitutivo apresentado, está eivado de erros graves. De diferente, com relação ao presidencialismo puro, há, tão só, a possibilidade de censu-

ra individual a ministros de Estado, desde que requerida por um terço da Câmara, não podendo ser apresentado novo requerimento ao mesmo ministro, no ano legislativo. Será a instabilidade institucional.

A oposição pode, sabidamente, articular a censura a três ministros por mês, colocando o governo na berlinda. Pois pior que o resultado da censura é o seu processo perante a Câmara. Aliás, o resultado dificilmente será negativo, uma vez que a censura será considerada aprovada se houver a manifestação favorável de dois terços da Câmara. Inalcançável tal número. O desgaste, no entanto, será inafastável.

E, doutra parte, incongruente, estabelecer-se a não exoneração de um ministro que foi rejeitado por 60% da Câmara, sendo, apenas, afastado se a censura alcançar dois terços da casa.

Fora esta "parlamentarização desastrosa", a emenda presidencialista perdura com a forma imperial, que não corresponde em nada ao presidencialismo norte-americano. Será a continuidade do divórcio entre os poderes, fonte básica das crises republicanas.

Nos dias de hoje, o presidencialismo parlamentariza-se, como se dá nos Estados Unidos, e o parlamentarismo presidencializa-se, como na França. Não há mais modelos fechados, pois é necessário adequar o sistema à realidade nacional, e por isso pensamos no presidencialismo parlamentarizado, corporificado na emenda Manoel Moreira. Vale como modelo operacional, com os pés no chão e os olhos na nação.

Permanece esta hipótese como reserva para, se aprovado o presidencialismo, instaurar-se um sistema que, sem quebrar a unidade de comando do presidente da República, cria mecanismos de negociação e de participação do Legislativo no Executivo, com vista à superação das crises.

O parlamentarismo-já, no entanto, surge com grande vontade política, menos por convicção e mais por se revelar como a única luz no túnel para a qual se converge em busca de uma saída, neste instante perigoso.

O que a nação deseja, o povo quer antes de tudo é governo, autoridade, dentro do regime democrático. O parlamentarismo-já permite que se instaure um governo* de elevada categoria, contando com o evidente amadurecimento do Congresso, decorrente do processo constituinte.

Quatro anos e parlamentarismo-já será extremamente delicado. O primeiro-ministro e o gabinete serão temporários até a posse do novo presidente, sem condições de credibilidade, efêmero pela própria natureza, podendo, com certeza, comprometer o sistema, encurralado pela crise econômica e administrativa que herdará, e pelo tiroteio de uma luta eleitoral sem fronteiras, repleta de retaliações, com candidatos que farão da destruição do parlamentarismo sua bandeira.

Há que se sair de posições dogmáticas, abandonar convicções para salvar o país.

É por isso que concluo, com mais motivos, na mesma direção apontada em novembro: a melhor solução, ou, talvez, a única, em razão da conjuntura, é parlamentarismo-já, com cinco anos.

Une-se o conjuntural e o permanente, com a expectativa de que o parlamentarismo obtenha o reconhecimento popular, após algum tempo de vigência.

Ao presidente Sarney resta importante papel, revestido de grandeza, reabilitando-o junto à opinião pública, pois poderá consolidar o novo sistema, e como magistrado, garantir a transição democrática.

MIGUEL REALE JUNIOR, 43, advogado, é professor da Faculdade de Direito da USP e assessor especial da Presidência do Congresso constituinte.